



CIAMPE/PSR-SE

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento Da Política Estadual para à População em Situação de Rua do Estado de Sergipe

Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2026 do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua do Estado de Sergipe – CIAMPE/PSR-SE.

Foi declarada aberta a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua do Estado de Sergipe (CIAMPE/PSR-SE), no dia vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e seis, realizada na Casa dos Conselhos, localizada no Centro de Aracaju/SE, contando com a presença dos seguintes membros: Marcos Corrêa (Cáritas), Nayara Rodrigues (SEASIC), José Noemia (SES), Rute Lisboa (SEDUC), Laila Beatriz (SEASIC), Márcio Augusto (SMS), Rosivânia Ramos (Católica Bom Pastor), Teresa Caroline (SPM), Ernando Rodrigues (Secretário Executivo), convidadas advogada Jehnnyfe Acioli (SEASIC), Mayara Garção (SEASIC), Isabel Ferreira (SEASIC) e Larissa Leite (SPM). A reunião foi iniciada com a fala de abertura da Sra. **Isabel Ferreira**, Diretora de Inclusão e Direitos Humanos da SEASIC, que apresentou a nova coordenadora de políticas públicas em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua do Estado, **Mayara Garção**, destacando sua trajetória e atuação anterior junto ao Comitê. Foi ressaltada a importância do fortalecimento do controle social, da participação efetiva dos membros governamentais e da sociedade civil, bem como da observância à titularidade e suplência nas representações. Na sequência, foram debatidas questões relacionadas à **fragilidade da participação da sociedade civil**, em razão de desligamentos e ausências, e à necessidade de reestruturação do Comitê para garantir quórum e funcionamento regular. Destacou-se a urgência da **alteração do Regimento Interno**, de modo a adequá-lo à legislação atualizada que ampliou a composição do CIAMPE/PSR-SE, assegurando a paridade entre poder público e sociedade civil. A assessoria jurídica dos conselhos, representada pela Dra. **Jehnnyfe Acioli**, apresentou os pontos centrais da proposta de atualização do Regimento Interno, esclarecendo que o Comitê passará a contar com **24 membros**, sendo **12 representantes governamentais e 12 da sociedade civil**, todos com titulares e suplentes. Informou-se que as vagas da sociedade civil serão preenchidas mediante **chamamento público e realização de fórum de eleição**, após a aprovação do

novo Regimento. Também foram apresentadas e debatidas **propostas de projetos para o ano de 2026**, com destaque para ações intersetoriais já em curso, como os projetos **“Praça que Abraça”**, **Estação Acolher**, cursos de qualificação profissional com concessão de bolsa, além da necessidade de o próprio Comitê formular e apresentar projetos específicos voltados à população em situação de rua. Em seguida, procedeu-se à **aprovação do calendário de reuniões para o ano de 2026**, ficando pactuado que as reuniões ocorrerão de forma ordinária, em datas previamente definidas, visando assegurar maior organização, participação e continuidade dos trabalhos. Ao final, reforçou-se a importância do compromisso dos membros com a presença nas reuniões, da articulação entre Estado, Município e sociedade civil, e do fortalecimento do CIAMPE/PSR-SE como instância de controle social e monitoramento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Na continuidade da pauta referente à **alteração do Regimento Interno**, foram registradas contribuições adicionais dos membros quanto aos critérios de participação, funcionamento e fortalecimento institucional do Comitê. Ficou consignado que tais documentos serão exigidos no momento do fórum de eleição e poderão ser solicitados ao longo do mandato, especialmente em caso de interrupção da atuação da entidade junto ao público específico. Debateu-se, ainda, o **comprometimento com a participação efetiva nas reuniões**, reforçando-se a aplicação das regras já previstas no Regimento quanto às ausências injustificadas, bem como a comunicação prévia às entidades e órgãos representados quando identificadas faltas consecutivas, a fim de evitar vacância de cadeiras e assegurar o regular funcionamento do Comitê. No tocante às **comissões temáticas**, deliberou-se que sua criação observará a necessidade concreta das pautas, priorizando comissões temporárias ou especiais. Ficou acordado que as comissões poderão funcionar com quórum mínimo reduzido, desde que garantida a participação de, pelo menos, **um representante do poder público e um da sociedade civil**. Quanto ao **quórum das reuniões ordinárias e extraordinárias**, registrou-se a sugestão de adequação à realidade atual do Comitê, debatendo-se a possibilidade de deliberação com fração mínima dos membros, assegurada a representação dos dois segmentos, mantendo-se o objetivo de garantir legitimidade sem comprometer a fluidez das decisões. Também foi discutida a **revisão dos prazos para reforma do Regimento Interno**, ficando consignada a proposta de redução do prazo inicialmente previsto de 60 (sessenta) dias para até **30 (trinta) dias**, a contar da constituição de comissão específica, a fim de conferir maior celeridade às adequações necessárias ao funcionamento do CIAMPE/PSR-SE. Na sequência, passou-se à **apresentação e discussão de propostas de projetos para o ano de 2026**, ficando deliberado que os membros poderão apresentar propostas estruturadas nas próximas reuniões, mesmo que em formato simplificado, para posterior aperfeiçoamento coletivo, reforçando o papel do Comitê como espaço de articulação intersetorial e formulação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Nada mais havendo a tratar, a **1ª Reunião Ordinária do CIAMPE/PSR-SE** foi encerrada, reafirmando-se a importância do compromisso dos membros com a participação ativa, da articulação entre Estado, Município e sociedade civil, e do fortalecimento do Comitê como instância de controle social e monitoramento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, no ano de 2026.

Aracaju/SE, 23/01/2026.

Ernando Rodrigues (Secretário Executivo CIAMPE)

Marcos Corrêa (Cáritas)

Nayara Rodrigues (SEASIC)

Josê Noemia (SES)

Rute Lisboa (SEDUC)

Laila Beatriz (SEASIC)

Márcio Augusto (SMS)

Rosivânia Ramos (Católica Bom Pastor)

Teresa Caroline (SPM)